

MAIO
2026

ABTOKEN EXPLICA

O Custo Invisível do Crédito

A nova arquitetura do mercado de crédito privado



AB
TOKEN

Sobre esse ebook e a co-autoria

Este e-book nasce da convergência entre duas forças que não apenas acompanham a evolução do mercado — mas atuam ativamente na sua construção: a AmFi e a ABToken.

Mais do que uma iniciativa institucional, este material reflete a vivência prática de quem está na linha de frente da transformação do crédito no Brasil. Empresas que, em cooperação, vêm redesenhando as engrenagens do mercado de capitais por meio da tecnologia e da tokenização.

Ao longo das próximas páginas, reunimos aprendizados, casos reais e aplicações concretas que mostram, na prática, como a tokenização deixa de ser tendência para se consolidar como infraestrutura. Uma ferramenta capaz de elevar a eficiência operacional, reduzir fricções, ampliar a transparência e destravar novas formas de estruturar, distribuir e monitorar crédito.

Este conteúdo é, acima de tudo, um convite: para repensar modelos, desafiar estruturas tradicionais e explorar, com profundidade, os caminhos já possíveis para um mercado mais inteligente, seguro e conectado.

Índice

Sobre os Autores	
AmFi.....	4
ABToken	4

Capítulo 1

Escassez de Capital ou Arquitetura limitada?	5
Gráfico: Panorama Mundial da Alavancagem do Crédito Mundial/PIB - Crédito Total/PIB	6

Capítulo 2

O Custo Invisível: a Fricção Estrutural molda o Spread	9
---	---

Capítulo 3

Infraestrutura programável: Digitalização não é Reestruturação.....	12
Case AmFi: Operação em 5 Passos.....	13

Capítulo 4

Crédito Privado Tokenizado: Escala, Governança e Liquidez	14
Não se trata de redução artificial de custo. É a eliminação da redundância operacional.....	15
Interoperabilidade e Arcabouço Regulatório.....	16
Tokenização em Escala Operacional - Na prática.....	17

Sobre os autores

AmFi

A AmFi é uma plataforma tecnológica para estruturação, cumprimento de obrigações regulatórias, controle financeiro e distribuição de ativos digitais para o mercado de finanças tradicionais, de um jeito novo: mais eficiente, tokenizado e com menos intermediários. Sua missão é transformar o crédito privado digital, tornando o mercado de capitais mais seguro, acessível, transparente, tecnológico e globalmente conectado.

Foi a primeira empresa a receber a autorização da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) para emitir investimentos tokenizados para ativos reais, sendo referência no uso de tecnologia Blockchain para criar a representação digital dos ativos como duplicatas, recebíveis de cartões, notas comerciais, CCBs, entre outros.

Já emitiu e distribuiu mais de R\$3bi em investimentos tokenizados e hoje conta com os melhores parceiros originadores de crédito e recebíveis, bem como uma gama seleta de investidores institucionais, qualificados e de varejo.

Saiba mais em: <https://amfi.finance/pt>

ABToken

A Associação Brasileira de Tokenização e Ativos Digitais (ABToken) atua como entidade representativa do ecossistema de tokenização no Brasil, com o propósito de impulsionar o desenvolvimento de uma infraestrutura financeira mais eficiente, segura e alinhada à inovação tecnológica.

Sua atuação envolve o estímulo à padronização, à adoção de boas práticas de governança e ao fortalecimento do diálogo institucional entre reguladores, empresas e participantes do sistema financeiro, contribuindo para um ambiente mais coordenado e previsível.

Nesse cenário, a ABToken apoia a integração entre tecnologia e regulação, incentivando o uso responsável de soluções baseadas em blockchain e promovendo avanços em interoperabilidade, transparência e segurança jurídica — elementos essenciais para a evolução e consolidação do crédito privado tokenizado em escala.

Saiba mais em: <https://abtoken.com.br>

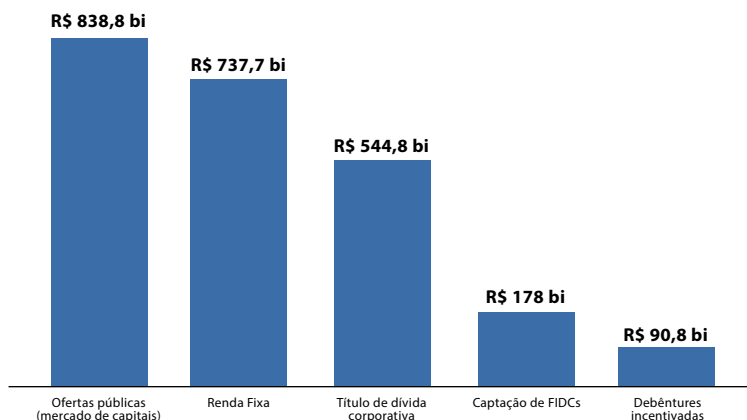
Escassez de Capital ou Arquitetura limitada?

O crescimento do crédito privado no Brasil nos últimos anos é inegável.

Dados da ANBIMA mostram que o mercado de capitais brasileiro encerrou 2025 com R\$ 838,8 bilhões em ofertas públicas, recorde histórico, dos quais R\$737,7 bilhões concentrados em renda fixa.

Dentro desse universo, as emissões de títulos de dívida corporativa — debêntures, notas comerciais e notas promissórias — somaram R\$544,8 bilhões no ano, consolidando o mercado de crédito como principal canal de financiamento empresarial no país.

MERCADO DE CAPITAIS BRASILEIRO EM 2025



*Ofertas com Valor Encerrado em 2025.

**Fonte: [ANBIMA DATA](#)

A indústria de FIDCs ampliou a soma dos patrimônios líquidos, diversificou lastros e ganhou relevância nas carteiras de investidores institucionais e de varejo — com R\$90,8 bilhões captados em 2025, superando mil operações e representando 42% das emissões de renda fixa em quantidade. Debêntures incentivadas consolidaram-se como instrumento relevante de financiamento de infraestrutura, alcançando R\$178 bilhões no ano, crescimento de 31,7% em relação ao período anterior.

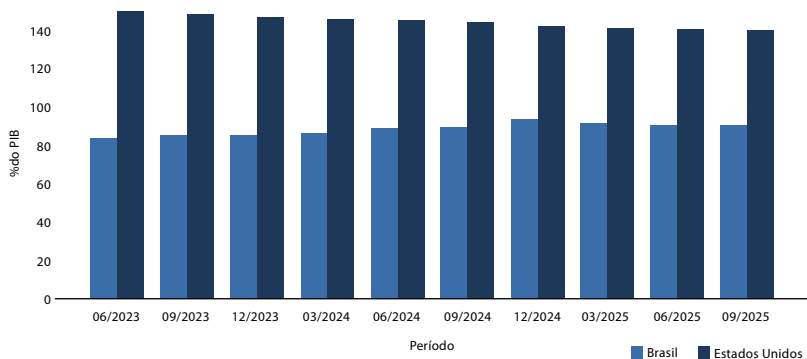
O volume aumentou. O apetite também. E as perspectivas de futuro tornaram-se ainda mais interessantes para quem deseja captar e para quem deseja investir em boas oportunidades.

Mas a pergunta central não é sobre crescimento recente. É sobre profundidade estrutural.

A série histórica ajuda a colocar essa diferença em perspectiva. Entre junho de 2023 e setembro de 2025, a relação entre crédito total ao setor privado não financeiro e PIB subiu de 83,5% para 90,6%

no Brasil, com pico de 93,2% no fim de 2024, segundo dados do BIS Data Portal. Já nos EUA, no mesmo intervalo de tempo, o movimento foi inverso: o indicador recuou de 150% para 140%. Ainda assim, a distância entre os dois mercados permanece expressiva. Mais do que uma diferença de escala, esse contraste sugere níveis distintos de profundidade financeira e eficiência na circulação do crédito. Em mercados mais maduros, a engrenagem que conecta capital, originação e distribuição tende a operar com menos atrito e maior capacidade de financiamento da economia real.

BRASIL X EUA - RELAÇÃO CRÉDITO / PIB CRÉDITO TOTAL AO SETOR PRIVADO NÃO FINANCEIRO (%)



(Gráfico: Panorama mundial da alavancagem do crédito/PIB - 4o Tri 25 - Crédito Total/PIB)

Em economias mais profundas, o crédito circula com menor fricção informacional. O registro é padronizado. A liquidação é rápida.

A reconciliação é reduzida. O monitoramento é estruturado. E as informações positivas e negativas circulam livremente.

No Brasil, embora o mercado de capitais tenha avançado, a cadeia operacional do crédito estruturado ainda depende de múltiplas camadas de intermediação.

Originadores, estruturadores, custodiantes, registradoras, auditores, administradores e distribuidores formam um arranjo complexo que nasceu para mitigar assimetrias.

Esse arranjo cumpre função relevante. Mas não é neutro em custo.

Parte do spread pago pelo tomador não está associada somente ao risco de inadimplência. Está associada ao custo de validação, reconciliação, insegurança informacional e governança. A história recente mostra episódios de duplicatas duplicadas em diferentes fundos, lastros superfaturados em operações de securitização e cessões registradas em conflito entre cedentes. Cada camada adicional de controle foi criada para compensar a ausência de informação padronizada e auditável em tempo real.

O resultado é um sistema funcional, porém oneroso. O “custo de servir” ainda é muito alto.

Estudos internacionais reforçam a tese de que infraestrutura fragmentada implica custo elevado. Relatórios do Boston Consulting Group, do Citi Global Perspectives e do Bank for International Settlements apontam que tecnologias de registro distribuído podem reduzir custos operacionais associados à reconciliação, liquidação e back office, sobretudo em mercados com múltiplas camadas intermediárias. As estimativas variam conforme o grau de integração sistêmica, mas convergem na identificação de potencial relevante de ganho de eficiência.

Com juros elevados, como os observados no ciclo recente, a eficiência operacional ainda não figura como prioridade. A remuneração nominal elevada absorve custos estruturais. Porém, com a taxa básica projetada para cair gradualmente — estimativas do Boletim Focus indicam Selic ao redor de 12% em 2026 e 10,5% em 2027 — a compressão de spreads tende a expor ineficiências antes invisíveis.

Eficiência passa a ser determinante.

O ambiente regulatório indica o reconhecimento dessa necessidade de evolução estrutural. A ANBIMA, por meio de projeto piloto iniciado em 2024, reuniu participantes de mercado para testar tokenização de ativos financeiros sob foco em padronização de dados e interoperabilidade. A iniciativa não buscou criar novos produtos para varejo, mas avaliar a viabilidade técnica de integração entre infraestrutura tradicional e registros distribuídos.

Paralelamente, a CVM avançou na modernização da Resolução 175 e anunciou consultas públicas envolvendo registro de lastro de CRIs e CRAs, ativos não padronizados em FIDCs e transparência pré-negociação no mercado de dívida. Há movimento institucional para reforçar a governança e uniformizar critérios.

No âmbito do Banco Central, o Drex surge como infraestrutura potencial para liquidação programável de ativos financeiros tokenizados. Diferentemente de iniciativas privadas descentralizadas, o projeto brasileiro nasce integrado ao sistema financeiro regulado.

Durante os testes iniciais, desafios relacionados à privacidade de dados, interoperabilidade e escalabilidade vieram à tona — pontos que vêm sendo ajustados no desenvolvimento do projeto. A proposta não é substituir a moeda ou eliminar intermediários, mas permitir que ativos financeiros possam ser liquidados em ambiente programável, sob supervisão regulatória.

Ao lado dos avanços regulatórios, o amadurecimento desse mercado também depende da atuação de entidades capazes

de incentivar coordenação, padronização e desenvolvimento tecnológico. É nesse espaço que a ABToken entra como representante de um ecossistema voltado à modernização da infraestrutura financeira, estimulando a adoção de novas tecnologias e apoiando a construção

de um ambiente mais conectado entre inovação, governança e segurança jurídica. Em um mercado ainda marcado por assimetrias operacionais e baixa padronização, esse tipo de articulação tende a ser parte importante da transição para estruturas mais eficientes.

“A evolução da infraestrutura financeira brasileira passa, necessariamente, pela capacidade de integrar inovação tecnológica, padronização de dados e segurança regulatória. O desenvolvimento desse ecossistema não depende apenas de novas soluções, mas da construção de bases que permitam interoperabilidade, confiança e escala. Nesse processo, a tecnologia tem papel central para ampliar eficiência, transparência e conectividade entre os diferentes agentes do mercado.”

Regina Pedroso, da ABToken

Esse conjunto de iniciativas e uma nova mentalidade de tecnologia a serviço do mercado financeiro e de crédito, indicam que a discussão já ultrapassou o estágio conceitual.

A questão não é tecnológica. É econômica.

Se o crédito privado brasileiro pretende ampliar sua participação no PIB e sustentar o crescimento estrutural na próxima década, será necessário enfrentar o custo implícito de intermediação. A expansão de volume sem aprimoramento de arquitetura tende a elevar a complexidade, não eficiência.

O desafio, portanto, não é apenas ampliar a oferta de capital. É reorganizar a forma como o capital é estruturado, distribuído e monitorado. É sobre como novas tecnologias poderão ser percebidas no valor das transações e adotadas de maneira segura e eficiente.

A dor que se pretende resolver não é escassez pura. É fricção estrutural.

E fricção, em mercado de crédito, sempre acaba embutida no preço.

O Custo Invisível: a Fricção Estrutural molda o Spread

Quando um título de crédito privado oferece CDI +4%, CDI +5% ou mais, a interpretação imediata do investidor costuma relacionar esse prêmio ao risco de inadimplência.. A segunda, sobre setor. Raramente a terceira envolve a infraestrutura/garantias que sustentam aquela operação.

No entanto, parte relevante do spread embutido na remuneração não está relacionada exclusivamente ao risco econômico do tomador. Está relacionada ao custo da intermediação.

O crédito estruturado brasileiro opera por meio de uma cadeia extensa. A originação pode estar em um correspondente, uma fintech ou uma securitizadora. A formalização jurídica passa por escritórios especializados. A cessão de recebíveis envolve registradoras. O veículo estruturado depende de administrador, gestor, custodiante e auditor independente. A distribuição envolve plataformas, ERPs, tecnologia inovadora e intermediários regulados.

Cada elo adiciona camadas e dispersão de controles. Rastrear lastro e origem do dinheiro sempre foram questões muito fundamentais no mercado de capitais. Cada controle adiciona custo ou tempo e complexidade.

Esse arranjo não resulta de ineficiência casual. Ele foi construído como resposta às assimetrias informacionais que historicamente marcaram o mercado. Ao longo dos anos, episódios de duplicatas inexistentes, cessões múltiplas do mesmo crédito, garantias mal registradas e disputas entre cedentes e cessionários moldaram a arquitetura de controle hoje existente. A reação institucional foi adicionar mais e mais camadas de validação.

O resultado é um modelo que privilegia segurança formal, que depende de reconciliação periódica e relatórios consolidados, múltiplos fornecedores e controles.

Casos envolvendo inconsistências financeiras

CASO 2023

Fundo com lastro 40% inconsistente — duplicatas canceladas pelos sacados mas ainda reportadas como ativos. Resgate bloqueado até recomposição.

CASO 2024

Rede de cafeterias entrou em recuperação judicial com **dívida estimada em R\$57,5 milhões**, após pressionar sua operação com queda de faturamento, juros altos e impacto sobre unidades relevantes.

CASO 2023

Varejista entrou em recuperação judicial com **dívidas declaradas de R\$49,5 bilhões**, após revelação de **inconsistências contábeis de cerca de R\$20 bilhões**.

CASO 2025

Indústria tradicional do setor de higiene e limpeza, de São Bernardo do Campo, pediu recuperação judicial com **dívidas tributárias de R\$2,3 bilhões**, mostrando que o avanço das RJs não se restringe a empresas de crescimento acelerado ou setores mais voláteis.

Esses episódios forçaram o mercado a adicionar camadas de proteção: dupla validação em registradoras, auditorias integrais sobre amostras críticas e relatórios diários de custodiante.

Também escancararam a necessidade de infraestrutura tecnológica capaz de reduzir a opacidade e melhorar o controle sobre o lastro, como a blockchain. Estruturas que utilizam tokenização permitem registrar a trajetória do ativo de forma auditável, acompanhar eventos como cessão, liquidação e inadimplência e vincular regras de elegibilidade e execução a contratos inteligentes. Na prática, isso não elimina risco de crédito, mas reduz espaço para

inconsistências operacionais, assimetrias de informação e falhas de conciliação que historicamente fragilizaram parte do mercado.

Em um ambiente de juros elevados, como o observado entre 2022 e 2025, o custo operacional tende a ser absorvido pela rentabilidade nominal. Mas quando o juro básico remunera menos, o investidor passa a comparar mais cuidadosamente risco e estrutura. Margens comprimidas tornam custos fixos mais relevantes. As diferenças de eficiência ficam evidentes nos spreads.

A Moody's, ao mapear riscos globais para 2026, destacou variáveis que podem afetar

o mercado de crédito: tensões geopolíticas, possível ressurgimento inflacionário nos Estados Unidos, correções tecnológicas, aumento do desemprego estrutural associado à inteligência artificial e pressões sobre rendimentos soberanos. Nenhum desses fatores está sob controle direto do emissor brasileiro. Mas todos impactam custo de capital e apetite por risco.

O spread, incorpora o prêmio por opacidade.

Estudos internacionais sobre infraestruturas de mercado reforçam esse ponto. Relatórios do Citi Global Perspectives estimam que a tokenização de ativos financeiros pode reduzir tempo de liquidação e melhorar eficiência de capital, especialmente em ambientes com múltiplos intermediários.


Essas análises não sugerem substituição imediata do sistema tradicional. Indicam,

porém, que parte do custo estrutural é função de fragmentação.

No Brasil, essa fragmentação é visível. Registros em diferentes bases, validação por múltiplos agentes e ausência de padronização completa de dados dificultam a interoperabilidade. O baixo nível de controle traz prejuízos também, porque “quem paga errado, paga duas vezes”


A fricção estrutural funciona como um custo sistêmico invisível. Ela não aparece explicitamente na taxa, mas influencia a formação do spread.

Quando o mercado cresce rapidamente — como ocorreu com FIDCs nos últimos anos — a tendência é priorizar o crescimento de volume. Quando o ciclo se torna mais seletivo, eficiência passa a ser diferencial competitivo.



Tecnologia passa a trabalhar como detratora de altos spreads ou, no limite, abre a possibilidade de ganhos por eficiência dentro do cenário em que tudo aparenta ser o mesmo, mas que não é.

A questão, portanto, não é se o spread está alto ou baixo. É sua composição.



Risco econômico é uma variável inevitável. O custo da infraestrutura é variável administrável.

Em um mercado que busca amadurecimento, a distinção entre essas duas parcelas passa a ser estratégica.

Infraestrutura programável: Digitalização não é Reestruturação

Ao longo da última década, o sistema financeiro brasileiro avançou na digitalização de processos: documentos físicos viraram registros eletrônicos, assinaturas digitais se consolidaram e plataformas online ampliaram o acesso a produtos de mercado de capitais. Ativos reais viraram ativos digitais ou tokens.

Digitalização, contudo, não é sinônimo de reestruturação. Converter papel em PDF reduz custo administrativo, mas não altera como as regras contratuais são executadas: a liquidação continua apoiada em sistemas paralelos, conciliações periódicas e múltiplos agentes verificando as mesmas informações em momentos distintos.

Infraestrutura programável propõe algo distinto: incorporar regras operacionais diretamente ao ambiente de registro. Isso significa que eventos como pagamento de juros, amortização, gatilhos de covenants e bloqueios de garantias podem ser executados de forma automatizada, conforme parâmetros previamente definidos em contratos programáveis.

Como a AmFi Ataca as Fricções Estruturais do Crédito

Na AmFi, essa lógica se materializa na estruturação de crédito privado sob supervisão regulatória e observância das melhores práticas de governança do mercado. As operações são formatadas como securitização regulada e as ofertas enquadradas nas normas da CVM, atendendo principalmente investidores institucionais e qualificados. Ao integrar contratos inteligentes, a AmFi orquestra regras de elegibilidade de lastro, controla índices de exposição, testes de concentração e gatilhos de proteção diretamente na infraestrutura das transações. Critérios que antes viviam apenas nos contratos passam a estar também no código, reduzindo o espaço entre o “dever ser” jurídico e o “fazer” operacional.

A infraestrutura programável desloca parte do controle do documento para o sistema.

Na AmFi, governança programável aplica:

- critérios de elegibilidade unidade a unidade;
- monitoramento contínuo de limites de concentração - uma Plataforma 24 x 7;
- gatilhos automáticos para inadimplência ou cancelamento de lastros;
- patrimônio separado das contas.

Isso reduz exceções operacionais e ataca assimetrias informacionais na origem, evitando a necessidade de sempre adicionar mais camadas de controle.

A AmFi evita “ilhas tecnológicas”, conectando infraestrutura on-chain ao sistema financeiro regulado. Tokens seguem lógica de debêntures e FIDCs conhecidos


pelos investidores, com documentação jurídica aderente às normas vigentes.

Na prática:

- estruturação e distribuição de crédito privado em ambiente digital; combinação de capital institucional, qualificado e subordinado na mesma operação;
- emissões com tranches públicas e privadas, conforme o perfil de risco e do investidor.

O investidor tem uma trilha única de lastro, com dados de performance, cobrança e liquidação concentrados em infraestrutura única de registro. Isso corta intermediações excessivas e reduz os custos de backoffice.

Case AmFi: Operação em 5 passos

CRITÉRIOS DE COMPARAÇÃO	MERCADO TRADICIONAL	PLATAFORMA 
1. ORIGINAÇÃO INTELIGENTE	planilhas e checagem por amostragem	créditos entram em plataforma padronizada, validados automaticamente
2. REGRAS PROGRAMÁVEIS	subordinação e gatilhos apenas no contrato jurídico	regras traduzidas em código, vinculadas aos títulos tokenizados
3. DISTRIBUIÇÃO INTEGRADA	múltiplos cadastros e relatórios periódicos	tokens em infraestrutura única, visão consolidada da operação
4. LIQUIDAÇÃO AUTOMATIZADA	conciliação em lote com janelas de tempo	cálculo automático de direitos e disparo de liquidações
5. MONITORAMENTO CONTÍNUO	relatórios mensais/trimestrais.	indicadores em tempo real com gatilhos automáticos sob supervisão

Na AmFi, a tokenização não é verniz digital — é reconfiguração da infraestrutura. Lastro, regras de estruturação, fluxos financeiros e monitoramento passam a operar em um ambiente integrado, eficiente e auditável.

Digitalizar reduz custos administrativos; reestruturar a arquitetura do processo ataca a fricção estrutural que, no fim, se materializa nos spreads.

Crédito Privado Tokenizado: Escala, Governança e Liquidez

O debate evoluiu da tecnologia para a arquitetura de mercado. A questão central deixa de ser “se a tokenização funciona” e passa a ser: ela sustenta escala institucional, governança robusta e liquidez estrutural? Consegue lidar com a criatividade e sofisticação do mercado de capitais brasileiro?

O crédito privado tokenizado só se consolida como uma infraestrutura competitiva quando resolve três desafios históricos do mercado brasileiro:

1. Viabilidade econômica de operações menores;
2. Controle de risco em carteiras pulverizadas;
3. Desenvolvimento do mercado secundário;

A tokenização não substitui FIDCs, debêntures ou CCBs. Ela altera a matemática operacional dessas estruturas. Ela democratiza a participação do mercado de capitais no Brasil.

Em modelos tradicionais, o custo fixo jurídico, fiduciário, de administração e custódia exigem volumes relevantes para diluição econômica. Estruturas abaixo de determinado patamar tornam-se desproporcionais em termos de custo/retorno.

Ao automatizar etapas críticas de governança e backoffice por meio de contratos inteligentes, a tokenização reduz custo marginal por ativo individual. Isso permite estruturar operações menores com racionalidade econômica preservada.

Não se trata de redução artificial de custo. É a eliminação da redundância operacional.

Esse movimento é particularmente relevante para ativos pulverizados como duplicatas escriturais e CCBs de consignado privado, cuja barreira histórica sempre foi escala e custo de estruturação. E atuação segura com volume de dados.

Por isso, abre uma via enorme de acesso ao crédito privado, até então inacessível para a grande parte das empresas no Brasil (as PMEs), tradicionalmente subatendidas pelas estruturas tradicionais de financiamento.

Investidores institucionais demandam prêmio de risco, mas exigem previsibilidade e visibilidade.

Em muitas estruturas tradicionais, o acompanhamento do lastro ocorre por relatórios consolidados periódicos. A tokenização permite rastreabilidade individual de cada recebível, visibilidade de garantias com trilha auditável contínua.

A governança programável automatiza:

- validação de elegibilidade do lastro;
- monitoramento contínuo de concentração;
- execução automática;
- gatilhos de proteção e liquidação antecipada.

O risco de crédito permanece. O que diminui são os riscos operacionais, de

execução e as assimetrias informacionais que historicamente ampliam o custo das operações. Escala exige padronização.

O mercado brasileiro ainda opera com fragmentação relevante entre originadores, registradoras, custodiantes e administradores. Validações redundantes e reconciliações consomem parte significativa do ciclo operacional.

A regulamentação da duplicata escritural, por exemplo, representa um avanço estrutural ao instituir registro eletrônico centralizado e controle de unicidade, reduzindo fraudes e aumentando a segurança jurídica das operações. Cria-se uma fonte única e da verdade, para eliminar as assimetrias como aquelas comentadas no capítulo anterior.

Esse ambiente cria as condições necessárias para integração com uma infraestrutura programável.

Sem dados estruturados e interoperáveis, contratos inteligentes não escalam.

O fracionamento amplia a base potencial de investidores qualificados. A transparência reduz o desconto implícito de liquidez.

Contudo, liquidez não emerge apenas de tecnologia. Depende de interoperabilidade entre plataformas, integração com registradoras autorizadas e aderência plena às normas da CVM e do Banco Central e uma maior clareza informacional acerca dos ativos.

Sem integração sistêmica, a liquidez permanece fragmentada.

Interoperabilidade e Arcabouço Regulatório

A consolidação da tokenização no crédito privado depende de compatibilidade integral com o arcabouço regulatório vigente. No âmbito da CVM, a Resolução 175 reorganizou o regime dos fundos de investimento, modernizando estruturas como FIDCs e abrindo espaço para maior sofisticação operacional.

A Resolução 88 estabeleceu regime para ofertas públicas por plataformas eletrônicas, criando precedente relevante para distribuição digital supervisionada. No campo bancário e de registro de ativos, a duplicata escritural e a atuação

de registradoras autorizadas pelo Banco Central reforçam a importância de controle de titularidade e unicidade.

A escala institucional depende de integração e organização, não de ruptura. A convergência entre a blockchain permissionada e os contratos inteligentes altera a relação histórica entre custo e volume. Operações menores tornam-se viáveis. Originadores médios acessam mercado com menor fricção.

Gestores estruturam carteiras mais pulverizadas com governança automatizada.

Esse movimento não elimina intermediários. Reconfigura suas funções.

Projeções globais indicam expansão relevante da tokenização de ativos financeiros na próxima década. Para o Brasil, o impacto potencial está na transformação de ativos empresariais hoje ilíquidos em funding estruturado, com maior previsibilidade e eficiência.

Instituições financeiras enfrentam uma decisão estratégica clara:

Manter estruturas legadas fragmentadas ou integrar camadas operacionais automatizadas que reduzam custo e ampliem eficiência?

A transição pode ser gradual. Infraestruturas híbridas permitem a originação tradicional com governança e distribuição programáveis.

A vantagem competitiva deixa de ser apenas capital disponível. Passa a incluir eficiência estrutural e capacidade de monitoramento.

A liquidez e a escala do crédito privado tokenizado ancoram-se em três pilares:

- 1** Padronização de dados desde a originação;
- 2** Interoperabilidade entre agentes tradicionais e infraestrutura programável;
- 3** Governança regulatória plenamente aderente.

Tokenização não é uma nova classe de ativo.

É uma nova arquitetura operacional para o crédito privado.

Tokenização em Escala Operacional - Na prática

1. ORIGINAÇÃO MODULAR EM ESCALA

Originadores médios/pequenos viabilizam operações antes restritas a grandes securitizadoras;

2. GOVERNANÇA AUTO ESCALÁVEL

Contratos inteligentes executam verificações complexas 24/7 sem degradação performance;

3. DISTRIBUIÇÃO HÍBRIDA FLUIDA

Institucionais e qualificados convergem mesma estrutura com onboarding acelerado;

4. LIQUIDEZ GRANULAR HABILITADA

Transparência lastro individual atrai apetite para classes antes marginalizadas;

5. CRESCIMENTO REGULATÓRIO E SEGURO

Compatibilidade CVM 88/175 permite escala sem ruptura normativa.



Formado em Direito pela PUC-Rio e Administração de empresas pelo Insper, é empreendedor serial no setor financeiro.

Fundou a Biva, primeira plataforma de empréstimos peer-to-peer do Brasil, adquirida pelo PagSeguro, e foi também cofundador e CEO da Grafeno.

Hoje, lidera a AmFi como CEO.

É referência nacional em operações estruturadas, inovação no crédito privado e tokenização de ativos.

LinkedIn: <https://www.linkedin.com/in/paulo-david/>

PAULO DAVID
Fundador & CEO





Engenheiro de Controle e Automação pela Unicamp, complementou sua formação com estudos em Enterprise Management & Logistics pela Arts et Métiers (ENSAM), na França, e em Fusões e Aquisições pela FGV-EAESP.

Empreendedor com sólida atuação em infraestrutura financeira, foi também cofundador da Grafeno.

Na AmFi, lidera o desenvolvimento da plataforma e inovação em produtos, com foco em eficiência operacional, experiência do usuário e inovação regulatória, atuando na construção de soluções tecnológicas com segurança jurídica e escala.

Linkedin: <https://www.linkedin.com/in/joaopirola/>

JOÃO PIROLA
Fundador & CRO





AB TOKEN

“À frente da ABToken, vejo com otimismo o momento que vivemos. Reunimos players estratégicos para construirmos, juntos, um ecossistema de tokenização regulado e seguro, onde a inovação ganha escala.

Nosso papel é estabelecer boas práticas, dialogar com reguladores e educar o mercado sobre o potencial real dos ativos digitais.

Enfrentamos desafios, como a necessidade de uma regulamentação mais clara e a ampliação da adoção pelas instituições. Mas é justamente na construção desse mercado que a ABToken atua, de forma prática e propositiva, para que o Brasil não apenas acompanhe, mas lidere essa transformação financeira e social.”

REGINA PEDROSO

Diretora Executiva da ABToken

Entre em contato



meajuda@amfi.finance



+55 11 93620 7343



<https://amfi.finance/pt>

**AB
TOKEN**



diretoria@abtoken.com.br



+55 11 98259 6613



www.abtoken.com.br

**AB
TOKEN**